

JORNAL DA CTB

Diário da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Central dos
Trabalhadores
e Trabalhadoras
do Brasil



FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

Edição 39 | Terça-feira 31.10.2017



/Portalctb.org.br



@PortalCTB



@PortalCTB

Presidente Adilson Araújo

▶ 10 DE NOVEMBRO

BAHIA ORGANIZA DIA DE LUTA NO ESTADO



A CTB-BA realiza hoje reunião com os sindicatos filiados para organizar as manifestações de 10 de novembro, Dia Nacional de Mobilizações, Greves e Paralisações em Defesa dos Direitos e contra a Reforma Trabalhista, da Previdência e o Trabalho Escravo. A data escolhida para o ato nacional antecede o início da entrada em vigor da nova legislação trabalhista, que representa o maior ataque do capital contra o trabalho. A posição da CTB é resistir a todo custo contra essa reforma, que enfraquece e vulnerabiliza a classe trabalhadora.

Serviço: no Sindicato dos Bancários da Bahia, no bairro das Mercês, às 9h.

JUSTIÇA DO TRABALHO



Foto Divulgação



Foto Divulgação

GOVERNO REDUZ MÍNIMO

Pela segunda vez desde agosto, o governo Temer reduziu o valor proposto para o Salário Mínimo de 2018. Segundo a apresentação do Ministério do Planejamento na segunda (30), o valor será de R\$ 965. É uma queda de mais R\$ 4, frente ao que havia sido publicado anteriormente. Em comparação à projeção inicial de R\$ 979, a diferença é de R\$ 14. O motivo apresentado pelo governo é aplacar o déficit orçamentário de R\$ 159 bilhões.

SEM DIREITO DE RECLAMAR

A NOVA lei trabalhista vai dificultar o acesso à Justiça do Trabalho, que deixará de ser gratuita para a classe trabalhadora. Para o assessor jurídico da CTB, Magnus Farkatt, o sistema foi concebido para limitar as ações trabalhistas. "Estabelece o pagamento de custas processuais em caso de perda, mesmo que se use a defesa pública. Estão tirando do empregado o direito de reclamar". Uma pesquisa do Ipea divulgada na segunda (30) desfaz o mito de que a Justiça privilegia o trabalhador mostrando que os resultados favoráveis representam 2% das ações julgadas. Na maioria das vezes, a Justiça do Trabalho apenas garante pagamento de verbas rescisórias devidas, como saldo de salário e aviso prévio.

SC quer congelar investimentos

Estado tenta aprovar lei estadual semelhante à federal

PORTAL CTB

imprensa@portalctb.org.br

O **SINDICATO** dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjus), junto com outros sindicatos de trabalhadores públicos no estado de Santa Catarina, associados a organizações populares, propõe audiência pública para que a sociedade debata o Projeto de Lei (PL) 350/2017. O PL prevê como teto para os investimentos para Santa Catarina refinanciar sua dívida com a União. Já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesc, o PL



Foto Divulgação

Esta, porém, congela investimentos por até duas décadas. O PL do governador é um dos requisitos para Santa Catarina refinanciar sua dívida com a União. Já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesc, o PL

350/2017 está na Comissão de Finanças e Tributação. Depois, segue para o plenário da Assembleia. Antes de ser votado pelos deputados, a sociedade deve debater efeitos, consequências e possibilidade de o PL ser renovado por mais tempo.

CHAPA DA CTB VENCE EM CAMPINAS

A **CHAPA** Unidade, resistência e luta, encabeçada pelo cetebista Carlos Virgílio Borges, o Chileno, venceu as eleições do Sindicato dos professores de Campinas (Sinpro Campinas) e comandará a entidade nos próximos três anos. Para a diretoria eleita, diante da atual conjuntura política, com ataques constantes aos direitos da classe trabalhadora, a unidade é de extrema importância. "A nova gestão continuará defendendo os direitos e lutando por melhores condições de trabalho", garantiu Chileno, o presidente reeleito.



Foto Divulgação

METALÚRGICOS APROVAM GARANTIA DOS DIREITOS

APÓS longa negociação, luta e mobilização dos metalúrgicos de Caxias do Sul e região, a assembleia geral da categoria aprovou a proposta para definição da campanha salarial de 2017: o reajuste ficou em 4% sobre os salários a partir de agosto (sendo que a inflação para a data-base, de 1º de junho, foi de 3,34%). Também foram garantidas as cláusulas sociais dos metalúrgicos, o que signifi-

ca uma barreira no acordo coletivo para alguns aspectos da reforma trabalhista, como a jornada, que é de 44 horas, sem trabalho aos sábados - o que for acima disso é adicional de hora-extra. O reajuste de 4% - com 0,6% de aumento real - está entre os mais altos do país no setor dos metalúrgicos, sendo superado apenas pela base de Camaçari, na Bahia, que obteve 1% de aumento real.

TOQUE DE CLASSE

Por uma universidade popular

A unidade entre a universidade e a classe trabalhadora é movimento de quase 100 anos, tendo como marco o movimento dos estudantes de Córdoba, na Argentina, em 1918. Na última década, as políticas inclusivas de Lula e Dilma iniciaram uma expressiva abertura da universidade pública para a juventude trabalhadora. É preciso defender e ampliar esse movimento.

Essa necessidade se ancora na composição populacional brasileira. São 34 milhões de jovens que trabalham. 75% da juventude brasileira é trabalhadora. Para que a Universidade se transforme de fato, precisa atender à demanda da maioria da juventude. Só assim conseguirá empreender um projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho.

É preciso políticas que estimulem a edificação de uma universidade autônoma que vise o acesso e a permanência do estudante que concilia seus estudos com o trabalho e a vida familiar. Nenhuma crise é eterna. A turbulência e o triste momento nacional que vivemos de ataque aos direitos e a democracia, serão superados.

A universidade pública deve fortalecer seus laços com a classe trabalhadora, sobretudo nesses tempos sombrios, pois assim se fortalece, e se prepara para lançar as sementes do tempo que virá depois da crise e da turbulência.

A CTB tem participado de diálogos com a universidade, por meio principalmente de seu coletivo de juventude. Deve aprofundar essa iniciativa, dialogando com os estudantes, docentes e técnicos, em favor da defesa de uma Universidade Pública e popular.



Igor Pereira é dirigente estadual da CTB-RS e técnico administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS